

## Sumário

Introdução.....	1
§ 1. Sobre o tema.....	1
§ 2. Plano da obra.....	2
§ 3. Algumas noções introdutórias.....	3
I. Federalismo, Estado federal e federação.....	3
II. Entes federativos: ente central e entes periféricos.....	4
Capítulo I – Constituição e poder constituinte no Estado federal.....	7
§ 1. Constituições complexas e direito constitucional multinível.....	7
§ 2. A prerrogativa de auto-organização.....	9
§ 2. O poder constituinte decorrente na Constituição de 1988.....	10
I. Natureza constitucional.....	10
II. Caráter subordinado.....	12
III. Níveis do direito constitucional na federação brasileira.....	13
IV. Organização multinível.....	15
V. Relações entre as ordens jurídicas de cada entidade.....	16
VI. Limites ao poder constituinte decorrente.....	18
VII. O conteúdo das constituições estaduais e das leis orgânicas distrital e locais.....	26
§ 3. O poder constituinte decorrente reformador ou de revisão.....	31
Capítulo II – História constitucional dos Estados: breves apontamentos.....	35
§ 1. Antecedentes: capitanias e províncias.....	35
I. Período colonial (1500-1822).....	35
II. Império do Brasil (1822-1889).....	40

§ 2. Os Estados no período republicano.....	44
I. República Velha (1889-1930).....	44
II. Era Vargas (1930-1945).....	47
III. Redemocratização (1945-1964) .....	50
IV. Ditadura Militar (1964-1985).....	51
V. Nova República (1985-) .....	51
Capítulo III – Os Estados-membros: características gerais .....	53
§ 1. Estatalidade .....	53
I. Povo ( <i>lato sensu</i> ) .....	53
II. Poder político .....	54
III. Território .....	54
§ 2. Símbolos, nome e capital.....	56
§ 3. Subdivisões territoriais: Municípios e Territórios (ou Distritos) Estaduais .....	58
§ 4. Agrupamentos municipais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões .....	60
I. Definições.....	62
II. Regime constitucional.....	62
§ 5. Bens dos Estados .....	66
Capítulo IV – Alterações territoriais.....	69
§1. Fusão, incorporação, subdivisão, e desmembramento de Estados.....	69
I. Observações gerais.....	69
II. Procedimento .....	70
§ 2. Transformação de Territórios Federais em Estados.....	74
§ 3. Reintegração de um Território Federal a seu Estado de origem.....	74
§ 4. Transformação de Estados (ou parte deles) em Territórios Federais..	75
§ 5. Regras transitórias .....	76

I. Estado criado por subdivisão, desmembramento, ou transformação de Território.....	76
II. Regras transitórias: fusão de Estados.....	84
III. Regras transitórias: incorporação a um Estado .....	85
Capítulo V – Panorama das competências estaduais .....	87
§ 1. Competências legislativas.....	87
I. Domínio normativo dos Estados .....	87
II. Hierarquia das normas estaduais .....	89
§ 2. Competências políticas em sentido estrito.....	90
§ 3. Competências administrativas.....	91
§ 4. Competências jurisdicionais.....	92
Capítulo VI – O Poder Legislativo dos Estados.....	95
§ 1. Antecedentes.....	95
I. Período colonial.....	95
II. Período monárquico.....	96
III. Período republicano.....	98
§ 2. Estrutura .....	100
§ 3. A Assembleia Legislativa.....	101
I. Noções gerais .....	101
II. Composição .....	102
III. Organização e funcionamento .....	102
IV. Estatuto dos Deputados Estaduais .....	110
V. Competências.....	114
§ 4. O processo legislativo estadual.....	120
I. A importância do processo legislativo .....	120
II. As espécies normativas e seus procedimentos de elaboração.....	121
§ 5. Fiscalização e controle.....	133
I. O controle parlamentar .....	133
II. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária .....	135

Capítulo VII – O Poder Executivo dos Estados.....	143
§ 1. Antecedentes.....	143
I. Período colonial.....	143
II. Período monárquico.....	143
III. Período republicano.....	145
§ 2. Estrutura .....	146
§ 3. O Governador do Estado.....	147
I. Papel institucional.....	147
II. Investidura.....	147
III. Estatuto .....	148
IV. Competências.....	149
VI. Perda do cargo .....	151
VII. Sucessão e substituição .....	152
§ 4. O Vice-Governador do Estado.....	154
§ 5. Os Secretários de Estado .....	155
Capítulo VIII – O Poder Judiciário dos Estados .....	157
§ 1. Antecedentes.....	157
I. Período colonial.....	157
II. Império.....	160
III. Período republicano.....	162
§ 2. O federalismo e a organização do Poder Judiciário .....	165
§ 3. Organização e estrutura da Justiça dos Estados no Brasil .....	169
§ 4. Garantias do Poder Judiciário e dos magistrados estaduais.....	170
I. Garantias institucionais .....	171
II. Garantias funcionais .....	172
III. Regime funcional dos magistrados estaduais .....	174
§ 5. O Tribunal de Justiça.....	175
I. Composição .....	175

II. Estrutura .....	176
III. Competências.....	177
§ 6. Tribunais inferiores.....	180
I. Criação e extinção.....	180
II. Composição e competências .....	181
§ 7. Os Juízes de Direito e Substitutos .....	182
§ 8. Os Juizados Especiais .....	183
§ 9. A Justiça Militar Estadual .....	185
§ 10. As Varas Agrárias.....	186
§ 11. Os Juízes de Paz.....	187
§ 12. Os notários, os registradores e as serventias extrajudiciais .....	189
Capítulo IX – As funções essenciais à Justiça no plano estadual.....	191
§ 1. Ministério Público do Estado.....	191
I. A instituição e seus princípios.....	191
II. Garantias do Ministério Público e de seus membros .....	193
III. Regime funcional dos membros do Ministério Público Estadual .....	195
III. Atribuições .....	197
IV. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	198
§ 2. Defensoria Pública do Estado.....	198
I. A instituição e seus princípios.....	198
II. Garantias da Defensoria Pública e de seus membros .....	199
III. Regime funcional dos Defensores Públicos.....	201
§ 3. Procuradoria-Geral do Estado .....	203
I. A instituição.....	203
II. Regime funcional dos Procuradores do Estado .....	205
§ 4. Advocacia .....	205
I. Disciplina constitucional da advocacia .....	205
II. A Ordem dos Advogados do Brasil .....	207

Capítulo X – A Administração Pública estadual.....	209
§ 1. A Administração Pública nas federações .....	209
I. Sistema imediato .....	209
II. Sistema mediato .....	211
§ 2. A Administração estadual no Brasil.....	215
I. Administração direta e indireta.....	216
II. Servidores públicos.....	218
III. Limites constitucionais aplicáveis à administração estadual.....	224
§ 3. Instituições estaduais de segurança pública.....	228
I. Polícia Civil .....	228
II. Polícia Militar.....	229
III. Polícia Penal Estadual.....	230
IV. Corpo de Bombeiros Militar.....	231
V. Regime jurídico dos militares estaduais .....	231
§ 4. Coordenação administrativa.....	236
I. Planejamento conjunto.....	236
II. Delegações e avocações .....	238
III. Compartilhamento de atividades .....	240
IV. Sobre a previsão do art. 23, parágrafo único, da Constituição de 1988 .....	244
V. Uma reflexão: medidas unilaterais versus medidas consensuais ..	245
Capítulo XI – O Distrito Federal .....	249
§ 1. História constitucional.....	249
I. Da Corte à Constituição de 1946 .....	249
II. Da construção de Brasília à Ditadura Militar.....	251
§ 2. O Distrito Federal como entidade política .....	252
I. A federação e a sede dos Poderes da União .....	252
II. Regime jurídico sui generis .....	254
III. Símbolos, nome e capital.....	255

IV. Subdivisões .....	255
V. Bens do Distrito Federal.....	256
VI. Alterações territoriais .....	256
§ 3. Panorama das competências distritais.....	257
I. A Lei Orgânica do Distrito Federal .....	257
II. Competências do Distrito Federal.....	257
§ 4. O Poder Legislativo do Distrito Federal .....	258
§ 5. O Poder Executivo do Distrito Federal.....	258
§ 6. A Defensoria Pública do Distrito Federal.....	259
§ 7. Instituições organizadas e mantidas pela União.....	260
§ 8. O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF .....	261
XII – Os Territórios Federais.....	263
§ 1. História constitucional dos Territórios Federais .....	263
§ 2. Criação e desmembramento de Territórios .....	265
§ 3. Atual regime jurídico dos Territórios Federais.....	266
I. Natureza jurídica: autarquias territoriais federais.....	266
II. Organização básica.....	267
Capítulo XIII – Intervenção federal e estadual.....	271
§ 1. Estado federal e intervenção .....	271
I. Observações gerais .....	271
II. Excepcionalidade da intervenção .....	272
§ 2. Intervenção nos Estados e no Distrito Federal .....	274
I. Competência para intervir .....	274
II. Hipóteses de intervenção.....	274
III. Procedimento.....	283
§ 3. Intervenção nos Municípios .....	288

I. Competência para intervir.....	288
II. Hipóteses de intervenção.....	288
III. Procedimento.....	291
§ 4. A efetivação da intervenção federal ou estadual.....	293
I. Decreto de intervenção.....	293
II. O interventor.....	294
III. Responsabilidade pelos atos de intervenção.....	295
§ 5. Controle judicial.....	296
Capítulo XIV – Federalismo, receitas e despesas.....	299
§ 1. Autonomia financeira.....	299
§ 2. Sistema Tributário Nacional.....	301
I. Considerações gerais.....	301
II. As competências tributárias.....	302
III. Limitações constitucionais de natureza federativa.....	309
§ 3. Repartição das receitas tributárias.....	312
I. Transferências e equalização financeira.....	312
II. As transferências constitucionais no Brasil.....	313
§ 4. Distribuição dos encargos e despesas na federação brasileira.....	316
§ 5. Orçamento público.....	319
Capítulo XV – O controle judicial de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal.....	321
§ 1. Introdução.....	321
§ 2. Controle de constitucionalidade no Distrito Federal.....	322
§ 3. Controle incidental de constitucionalidade nos Estados.....	323
§ 4. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados.....	324



I. Ação direta de inconstitucionalidade.....	325
II. Ação declaratória de constitucionalidade .....	329
III. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	330
IV. Arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	330
V. Interação entre o controle pelo STF e o controle pelos Tribunais de Justiça.....	331
Referências bibliográficas.....	333